

Aplicação do Índice de Qualidade de Vida Humana (IQVH) nas regiões metropolitanas do Brasil

Glauco José de Matos Umbelino*

Essa pesquisa foi desenvolvida visando contribuir com as discussões em torno da temática “qualidade de vida”, realizadas no GT *População, Espaço e Ambiente*, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep.

Procurou-se operacionalizar a referida temática, por meio da aplicação do Índice de Qualidade de Vida Humana (IQVH), desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, nos municípios integrantes das nove regiões metropolitanas (RMs) originais do IBGE, em 1991 e 2000, observando-se as principais mudanças ocorridas nesse período.

O IQVH é formado por cinco indicadores (qualidade da habitação, condições de vida, renda, saúde e segurança ambiental e serviços sanitários) e mensura aspectos relacionados ao desenvolvimento humano e à qualidade do ambiente construído. As variáveis de desenvolvimento humano são as mesmas usadas no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), separadas em um indicador de qualidade de vida e outro de renda. As variáveis de qualidade da habitação, serviços sanitários e segurança ambiental refletem a qualidade do ambiente construído no que se refere ao provimento de condições adequadas a uma vida humana saudável. Já aquelas de saúde ambiental exprimem a

incidência de doenças causadas por fatores ambientais (ar e água).

De acordo com o limite de investigação estabelecido, esta pesquisa deve ser considerada uma aproximação teórica, metodológica e empírica da temática exposta, realizada em dois momentos complementares, de forma sintética e objetiva. No primeiro, foi feita uma interpretação de cunho interdisciplinar, abordando noções de meio ambiente, urbanização e crescimento populacional no Brasil, além de algumas considerações sobre “qualidade de vida” e o grande desafio de sua mensuração. O segundo momento representa cartograficamente o Índice de Qualidade de Vida Humana, com sua aplicação nas RMs, em 1991 e 2000, e comparações das principais mudanças ocorridas neste período.

Fontes de dados

Foram utilizadas informações da pesquisa desenvolvida pelo Cedeplar/UFMG, no projeto *Biodiversidade, População e Economia*, associadas com a pesquisa produzida pelo Laboratório de Estudos Territoriais – Leste, da UFMG, no projeto intitulado *Migração e Urbanização Descentralizada no Brasil Contemporâneo*.

Para a elaboração do IQVH, foram extraídos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2000. A base municipal para a produção dos mapas temáticos foi a malha digital do Brasil em 2000, fornecida pelo IBGE.

Resultados

Até o momento, esta pesquisa resultou na realização de uma monografia de graduação, duas apresentações orais em eventos acadêmicos ligados a estudos populacionais e em um artigo vencedor, na categoria estudante, do prêmio “20 Anos do

* Geógrafo, doutorando em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Programa de Pós-Graduação em Demografia – Cedeplar”.

O IQVH permite analisar a discrepância social, econômica e ambiental existente entre as RMs brasileiras. Os dados indicam que, ao mesmo tempo em que o índice melhorou na maioria das localidades, as desigualdades aumentaram entre 1991 e 2000. Pretende-se explorar melhor os resultados do IQVH e principalmente de seus cinco indicadores, além de atualizá-los para um período mais recente, quando todos os dados necessários para sua elaboração estiverem disponíveis.

O IQVH teve boa resposta quando aplicado nas RMs, sendo que as disparidades intrametropolitanas condizem muitas vezes com os dados socioeconômicos utilizados em outras pesquisas. Quando são observados os mapas das RMs, nota-se que, de maneira geral, quanto mais meridional é a RM, melhores são os valores referentes à qualidade de vida da população.

Outra tendência é que nas RMs analisadas percebe-se, grosso modo, uma expansão no sentido centro-periferia, sendo que esta periferia é preenchida por pequenos focos habitados por uma população diversificada (ricos e classe média), mas com alto padrão de vida e elevado IQVH, contrastando com a imensa população residente em áreas com baixo padrão de vida e reduzido IQVH. Este fato sugere reflexões sobre o fenômeno da metropolização que ocorreu nos últimos anos em uma escala maior do que as administrações municipais e estaduais conseguiram suportar.

Decompondo o IQVH, resultados instigantes ainda estão para ser explorados, pois o que mais contribuiu para o aumento do índice, entre 1991 e 2000, foi o indicador de serviços sanitários e, em contrapartida, o que mais influenciou na sua diminuição em muitos locais foram os indicadores de

qualidade da habitação e saúde e segurança ambiental. Este último aborda a mortalidade por doenças respiratórias e parasitárias, fortes instrumentos de estimativas indiretas da qualidade do ar e água que a população usufrui, bem como a mortalidade por causas externas (homicídios e acidentes de trânsito), fato cada vez mais alarmante nas grandes cidades e regiões metropolitanas, principalmente na população jovem, maior alvo destes tipos de óbitos.

Um exemplo da aplicação dos resultados desta pesquisa é sua utilização pelas administrações municipais e entidades da sociedade civil como indicadores para avaliar a qualidade de vida de suas populações, tomando como opção metodológica os instrumentos desenvolvidos neste trabalho. Os resultados podem não refletir a verdadeira realidade do local, mas valem como a tentativa de aproximação dessa realidade a partir de dados quantitativos e qualitativos.

Com base nos resultados e leituras realizadas, destaca-se a necessidade de implementação de princípios e diretrizes de sustentabilidade, bem como a monitoração dos elementos que caracterizam o ambiente urbano, tornando pesquisas nessa área cada vez mais evidentes, à medida que se ampliam os problemas ambientais, econômicos e sociais responsáveis pelo declínio da “qualidade de vida” nas cidades. Desta forma, os indicadores tornam-se instrumentos fundamentais para promover o conhecimento e a informação necessários para a compreensão das especificidades e questões presentes nos centros urbanos, sendo que sua utilização torna-se cada vez mais crescente nos órgãos planejadores e administrativos.

Recebido para publicação em 06/03/2007.

Aceito para publicação em 12/11/2007.